

## As representações sociais da pornografia não consensual

The social representations of no-consensual pornography

Las representaciones sociales de la pornografía no consentida

Recebido: 14/10/2022 | Revisado: 10/11/2022 | Aceitado: 18/11/2022 | Publicado: 25/11/2022

**Marcos Vinicius Mota**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6307-6569>

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

E-mail: [marcos.mota@edu.itapevi.sp.gov.br](mailto:marcos.mota@edu.itapevi.sp.gov.br)

**José Roberto da Silva Brêtas**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8411-0511>

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

E-mail: [bretas.roberto@unifesp.br](mailto:bretas.roberto@unifesp.br)

### Resumo

Esta pesquisa teve por objetivos desvelar as representações sociais em cenários vinculados à reprodução de pornografias, interpretar os *scripts* sexuais que contribuem para a ocorrência de propagações não consensuais e, entender as situações de vulnerabilidades emergentes em cenários de vingança. O método utilizado esteve associado à Teoria das Representações Sociais em uma abordagem sociopsicológica. A coleta de dados envolveu 34 jovens entre 18 e 29 anos de idade em rede social, na qual inserimos um instrumento digital, cujo resultado foi interpretado pelo método da Análise de Conteúdo, do tipo análise categorial, que gerou oito temáticas: os *scripts* sexuais em controle remoto; o íntimo como o lugar da sexualidade e as exceções à regra; aproximações e distanciamentos entre pornografias e erotismos; a vingança como estado vulnerabilidade à sobreposição do outro; as vulnerabilidades sociais emergentes pela exposição não consensual; os roteiros interpessoais de romances em situações vulnerabilidade; ações políticas, programáticas, serviços e ações e as vulnerabilidades sociais; o riso e a descoberta do estranho pela pornografia não consensual. Concluímos que a representação social da pessoa implica em jogos relacionais, cujo conceito permanece entre ser sujeito e ser objeto. As bases não consensuais para a tomada de decisão são propensas as produções de pornografia em rompimento de relacionamentos, representam que o corpo pode ser consumido, mas não identificado e passa a ser objeto pelo consumo quando a privacidade se esgota diante do olhar do outro.

**Palavras-chave:** Saúde pública; Pornografia; Jovens; Internet; Rede social; Sexualidade.

### Abstract

This research aimed to reveal the social representations in scenarios linked to the reproduction of pornography, interpret the sexual scripts that contribute to the occurrence of non-consensual propagation and understand the situations of vulnerabilities emerging in revenge scenarios. The method used was associated with the Theory of Social Representations in a socio-psychological approach. Data collection involved 34 young people between 18 and 29 years of age in a social network, in which we inserted a digital instrument, whose result was interpreted by the Content Analysis method, of the categorical analysis type, which generated eight themes: sexual scripts in Remote Control; the intimate as the place of sexuality and the exceptions to the rule; approximations and distances between pornography and eroticism; revenge as a state of vulnerability to the overlapping of the other; social vulnerabilities arising from non-consensual exposure; the interpersonal scripts of novels in vulnerable situations; political, programmatic, services and actions and social vulnerabilities; laughter and the discovery of the stranger through non-consensual pornography. We conclude that the social representation of the person implies relational games, whose concept remains between being subject and being object. The non-consensual bases for decision-making are prone to the production of pornography in the breakup of relationships, representing that the body can be consumed, but not identified and becomes an object for consumption when privacy runs out in front of the other's gaze.

**Keywords:** Public health; Pornography; Young people; Internet; Social network; Sexuality.

### Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo revelar las representaciones sociales en escenarios vinculados a la reproducción de pornografía, interpretar los guiones sexuales que contribuyen a la ocurrencia de la propagación no consentida y comprender las situaciones de vulnerabilidad que emergen en los escenarios de venganza. El método utilizado estuvo asociado a la Teoría de las Representaciones Sociales en un enfoque sociopsicológico. A coleta de dados envolveu 34 jovens entre 18 e 29 anos de idade em rede social, na qual inserimos um instrumento digital, cujo resultado foi interpretado pelo método da Análise de Conteúdo, do tipo análise categorial, que gerou oito temáticas: os *scripts* sexuais em control remoto; lo íntimo como lugar de la sexualidad y las excepciones a la regla; aproximaciones y distancias entre pornografía y erotismo; la venganza como estado de vulnerabilidad ante la superposición del otro; vulnerabilidades

sociales derivadas de la exposición no consentida; los guiones interpersonales de novelas en situaciones de vulnerabilidad; vulnerabilidades políticas, programáticas, de servicios y acciones y sociales; la risa y el descubrimiento del extraño a través de la pornografía no consentida. Concluimos que la representación social de la persona implica juegos relacionales, cuyo concepto queda entre ser sujeto y ser objeto. Las bases no consensuadas para la toma de decisiones son propensas a la producción de pornografía en la ruptura de las relaciones, representando que el cuerpo puede ser consumido, pero no identificado y se convierte en objeto de consumo cuando la intimidad se agota frente a la mirada del otro.

**Palabras clave:** Salud pública; Pornografía; Gente joven; Internet; Red social; Sexualidad.

## 1. Introdução

A aprendizagem e a imitação das construções sociais de esquemas para a atribuição de significados orientam a criatividade em roteiros de vingança possibilitando a emergência de representações sociais, na interação e comunicação, durante rompimentos de relações interpessoais, cujo valor de uso e de trocas operam na constituição da realidade de acordo com o significado empregado ao objeto.

A perda de controle do outro configura um estado de vulnerabilidade social para o exercício da revogação da concessão sobre as trocas e compartilhamentos na democratização da pornografia. A variação do movimento dos objetos emerge em estados sem a atuação dos mecanismos de regulação para a racionalização da sexualidade.

A vulnerabilidade surge como o limiar de tolerância frente a um estímulo enquanto probabilidade de se gerar uma perturbação e o estado de estresse intensificado, no tempo ou na magnitude, possibilita falências adaptativas ou adoecimento a depender das representações mentais e das estratégias para o enfrentamento, bem como da vulnerabilidade orgânica (Rodrigues, 1997; Melo-Dias & Silva, 2015).

Em cenários de ambiguidades, incertezas e complexidades, o acesso à informação do gênero, representadas em roteiros interpessoais de romance durante os rompimentos, aceleram os processos já em andamento, tais como os estados desencadeados pelas sensações de perda, ameaça ou danos, abandono, privação de afeto, escassez, assim como sobre a intensidade da toxicidade correspondente às construções sociais, que determinam *scripts* sexuais, o estado de vulnerabilidade, e, bloqueios processuais cujo mecanismos de defesa/autoconservação afetam os comportamentos, as ideias e as relações sociais (Rayane & Sousa, 2018).

O luto afetivo se mostra como o primeiro passo para a superação de uma finalização. Na desilusão se cumpre o processo de assimilação e adaptação ao que é estranho com as rupturas de *scripts* rígidos e codependentes diante da reconstrução do objeto. Os roteiros interpessoais de romance em suas trocas são representados pela emergência de desejos e necessidades, que aos poucos se fragmentam sob a pressão de uma sexualidade plástica e pelos movimentos civis, que transformaram a privacidade fazendo com que a negociação de laços pessoais ocorresse em um processo de busca por equidade.

A desidentificação, a exposição a novas situações e o estresse implicam na criação de novos equilíbrios entre a percepção de ser sujeito e ser objeto. Em relação aos estados de vulnerabilidade, a função do objeto exterior é propícia à satisfação de necessidades e carências de acordo com a forma base de seu valor de uso e de troca (idem, 2011).

Os conflitos representam elementos estruturantes e necessários à constituição dos *scripts* interpessoais. A negligência e a incapacidade de expressar, descrever ou distinguir as emoções são reforços negativos em cenários culturais que apresentam o sujeito/objeto com conflitos parentais não resolvidos de forma a emergir questões sobre a autonomia e a liberdade com responsabilidade.

A vingança como um subproduto para a produção de pornografias delimita o nosso problema inserido no contexto das reproduções não consensuais e, diante da problemática da exposição, definimos como objetivos para o desenvolvimento deste estudo: desvelar as representações sociais em cenários vinculados à produção e consumo de pornografias, assim como interpretar os *scripts* sexuais em trocas e compartilhamentos que contribuem para a ocorrência de difusões não consensuais e, entender as situações de vulnerabilidades emergentes nesses contextos.

## 2. Metodologia

A metodologia escolhida se apresenta como um procedimento que pode operar em um universo de significações, motivos, pretensões, crenças, valores, atitudes e características subjetivas do humano e do social que não podem ser reduzidas em variáveis (Minayo, 2010).

A orientação para essa pesquisa se deu pela abordagem sócio-histórica que enfatiza a compreensão dos fenômenos a partir de seu acontecer histórico no qual o particular é considerado uma instância da totalidade social e os sujeitos são percebidos como dados, concretos e marcados por uma cultura na qual reproduzem e produzem a realidade (Freitas, 2002).

Diante da problemática da exposição não consensual definimos o objetivo de desvelar as representações sociais em cenários vinculados à reprodução e consumo de pornografias, assim como interpretar os *scripts* sexuais em trocas e compartilhamentos que contribuem para a ocorrência de propagações não consensuais e, entender as situações de vulnerabilidades emergentes nesses contextos.

As bases dessa pesquisa foram constituídas a partir de pressupostos metodológicos das Representações Sociais de Serge Moscovici (2009), que apresenta os sujeitos na interface do psicológico e do social correspondentes aos reflexos do mundo revelando o senso comum em determinadas épocas e, no conceito de *scripts* sexuais de William Simon e John Gagnon (1973), enquanto esquema cognitivo que orientam as pessoas a entender e agir em situações sexuais. Os *scripts* operam em níveis culturais, interpessoais e intrapsíquicos, sendo que cada nível é reciprocamente influenciado pelos outros.

As representações sociais enquanto modalidade prática do conhecimento conecta o sujeito ao objeto com referência a experiência e aos referenciais de sua representação e, problematizam a construção da realidade, cuja peculiaridade da estrutura deriva dos questionamentos sobre o sucesso no controle sobre a realidade de hoje pela realidade de ontem (Moscovici, 2009).

Com a finalidade de contemplar os objetivos propostos sobre a ótica da Teoria das Representações Sociais e sobre a Teoria dos *scripts* sexuais, utilizamos um instrumento constituído a partir da plataforma Google Formulários para a coleta de dados.

A divulgação do endereço eletrônico de acesso ocorreu em uma página de rede social, que pôde ser buscada a partir do tema: Combate a pornografia não consensual. As atividades na página se restringiram ao compartilhamento de postagens de perfis e páginas vinculadas a temáticas relacionados a pornografia, a sexualidade, a identidade e ao gênero.

“A sexualidade é um conceito multidimensional e compreende vários aspectos incluindo o amor, as relações interpessoais, o comportamento, as relações sexuais, o afeto” (Lara, 2019, p. 198).

As publicações foram de acordo com o acesso a materiais midiáticos que contribuíssem para a ampliação da abordagem da temática das pornografias de vinganças, as características da privacidade, a violência de gênero e, por questões como a naturalidade com o corpo transformado em produtos pornográficos.

Juntamente com as publicações compartilhadas, o espaço serviu a propagação do endereço eletrônico de acesso ao instrumento que ocorreu em publicação de vídeo na página “Combate a Pornografia não consensual”.

A postagem do vídeo atrelado a divulgação da pesquisa esteve associada ao seguinte texto:

Caro(a) colega! Preciso de um segundo do seu tempo. Isso é importante! Pesquisa de doutorado: Qual a sua opinião sobre o “NUDES que vaza” de forma não consensual?

**<https://goo.gl/forms/bwwsDU83FoLcE1Qh1>**

Acesse o formulário pelo link acima. Sua participação é segura. Queremos conversar com você sobre questões relacionadas ao envio de fotos e vídeos íntimos por aplicativos de comunicação. Essa ação é vinculada a uma pesquisa de doutorado da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO/SP.

O vídeo instrucional apresentou a expressão “pornografia não consensual”; a importância da leitura do termo de consentimento para o prosseguimento da interação com o objeto de inserção em campo, coleta de dados e a questão do anonimato.

Não houve controle sobre a extensão da propagação do instrumento, assim como não há dados com referência a visitas, abandonos ou tempo de interação. Da mesma forma em que não houve obrigatoriedade em responder qualquer resposta a interação com o instrumento que não sobre a idade, leitura do termo de consentimento e aceite em participar.

Nenhuma interação com o instrumento foi descartada na referência sobre idades acima de 18 anos, haja vista que segundo o formato do campo virtual, demais interações seguiam a propagação via “curtir”, “compartilhar”, “comentar” e “postar” meio a interação e a dispersão da informação.

Para acessar o instrumento bastaria clicar no endereço de acesso (link). Para prosseguir com a participação, após a leitura do termo de consentimento, foi necessário a opção entre as opções:

- Compreendo os motivos da pesquisa e concordo em participar.
- Não concordo com a participação.

A composição do número de participantes da pesquisa está vinculada à dimensão do objeto (ou da pergunta), envolvendo uma série de decisões sobre a abrangência dos atores sociais, da seleção e da condição para a seleção, que tem na saturação a limitação da coleta de dados com base na certeza de que, mesmo provisoriamente, se encontrou a lógica interna do objeto de estudo, que também é sujeito, em suas conexões e interconexões (Minayo, 2017).

O instrumento alcançou o número 103 participantes em conexão com as redes sociais com variação de idade em categorias separadas e compreendidas entre 12 e maiores de 50 anos. Apenas os dados do agrupamento entre 18 e 29 anos foram analisados, o que equivale a 34 respostas ao instrumento.

Os participantes da pesquisa foram as juventudes e sua representação se deu em função do Estatuto da Juventude, que estabelece o sujeito jovem como aquele entre 15 e 29 anos, o que induz políticas públicas para essa população (Brasil, 2013).

O período infanto-juvenil é marcado pela estruturação da personalidade e a sexualidade é um elemento estruturador das identidades (Neto, 1992), e, se apropriar de símbolos desejáveis e invejáveis faz parte do movimento de integração e associação com a identidade adulta (Calligaris, 2000).

Para a caracterização, o instrumento conteve os seguintes questionamentos: nacionalidade, sexo biológico (masculino ou feminino), orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual e outros), e sobre o engajamento em “troca de nudes/compartilhamentos”.

Respostas “NÃO” para o engajamento em compartilhamento de dados direcionaram o respondente ao espaço que constituiu o GRUPO UM (I). Respostas “SIM” direcionaram os sujeitos a tratativa sobre a exposição não consensual na próxima sessão.

A próxima sessão agora dividiria os sujeitos que já enviaram *nudez* em dois grupos. A divisão foi pautada pelo fato de ter sido exposto (a) ou não: em resposta negativa para a exposição, os sujeitos foram incorporados no grupo dois (2). A inclusão no grupo três (3), se deu em casos de respostas afirmativas.

Os dois grupos engajados em trocas e compartilhamentos de dados tinham questões iguais, exceto uma solicitação de relato de experiência para os expostos. Como o primeiro grupo foi delimitado pela negativa quanto ao engajamento na ação, não houve motivo para responder sobre suas motivações para compartilhamentos de acordo com os objetivos em questão. Neste caso, coube questionar sobre os motivos para não enviar dados íntimos a terceiros. No mais, colhemos informações sobre como este grupo representou os sujeitos que decidem pela experiência.

Esta pesquisa está de acordo com a Resolução Nº 466, de 12/12/2012, do Conselho Nacional de Saúde/MS. Foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo e pode ser consultado pelo parecer nº 062867/2017.

### 3. Resultados

O instrumento aplicado permitiu que 103 participantes alimentassem a ferramenta. O número total de sujeitos foi definido a partir do momento em que o instrumento parou de gerar mais respostas, saturação. Não controlamos a idade para a participação, exceto aos menores, que por questões éticas e legais foram excluídos de qualquer interação, para além da pergunta correspondente à faixa etária. Tais retornos comporão 34 respostas que foram divididos em três grupos conforme as suas experiências no trato a compartilhamentos de matérias via dispositivos com conexão à Internet.

No grupo 1 foram aglutinados os sujeitos que não produziram uma iconografia contendo nudez, cena erótica ou pornográfica, ou seja, nunca mandaram “nudes”. Este grupo foi descartado da análise dos resultados, pois o que nos interessou foram as representações sociais e as vulnerabilidades dos que participaram de compartilhamentos estabelecidos nestes cenários de possíveis reproduções não consensuais. Desta forma, foi incluído para a análise apenas o grupo 2 em que se reuniram os sujeitos que enviaram dados eróticos–a terceiros e não sofreram com a pornografia não consensual, e o grupo 3 em que encontramos as respostas daqueles que foram expostos sem um prévio consentimento.

A análise das declarações dispostas no instrumento de coleta de dados na rede foi ancorada no método analítico de Laurence Bardin (2016), a Análise de Conteúdo, do tipo análise categorial, um guia para a categorização dos dados. A análise categorial funciona por operações de desmembramento do texto em unidades. As categorias são realizadas segundo reagrupamentos analógicos, uma investigação eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos. As fases da análise do conteúdo organizam-se em torno de pólos cronológicos: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2016).

A análise e discussão deu-se a partir de pressupostos metodológicos das representações sociais para a compreensão do que está por trás dos discursos. Sendo assim, após a pré-análise, que para Silva e Fossá (2015), é desenvolvida para sistematizar as ideias apresentadas pelo referencial teórico estabelecendo indicadores para a interpretação das informações coletadas, este estudo permitiu a organização e distribuição do conteúdo em oito categorias que podem ser simplificadas pelo seu título, sendo estes os seguintes:

- Categoria 1** – Roteiros sexuais mediados por meios em conexão com a Internet;
- Categoria 2** – O íntimo como o lugar da sexualidade e as exceções à regra;
- Categoria 3** – Aproximações e distanciamentos entre pornografia comercial e “nudes”;
- Categoria 4** – A vingança como recurso à sobreposição do outro;
- Categoria 5** – A vulnerabilidade em vítimas de exposição não consensual;
- Categoria 6** – O romance como motivação ao engajamento no *sexting*;
- Categoria 7** – O sistema jurídico e as vulnerabilidades sociais e programáticas;
- Categoria 8** – O riso do ridículo: a descoberta do estranho pela pornografia não consensual.

Fez-se, ainda, apresentação dos resultados obtidos, com a respectiva discussão à luz da teoria pesquisada, indicando as considerações finais sobre os mesmos com destaque a questões para estudos futuros.

### 4. Discussão

A emergência da pornografia acontece em cenários europeus no século XVI, em modo simultâneo com o estado de cultura do material impresso na democratização da informação. Sua existência adquire representação como prática literária e visual, assim como categoria de pesquisa durante a emergência da modernidade no Ocidente. No século XVII, o seu avanço esteve relacionado com o desenvolvimento do romance, ainda que tal relação não fosse tão evidente. No entanto, a sua constituição enquanto categoria literária ou de representação visual independente e distinta se deu apenas no século XIX (Hunt, 1999).

A exposição às vulnerabilidades sociais, tais como o abandono afetivo, sofreu transformações no decorrer dos séculos e a loucura, as tristezas e maldades com encaminhamento às Casas das Rodas teve objetificação pelas políticas públicas na arte de governar desde as infâncias. Os padrões vigentes caracterizam a criminalização de representações de contrapontos aos valores burgueses. Em cenários opostos ao empirismo, a base em reconhecimentos da existência de um conhecimento exclusivamente racional atuou como sustentação a tratamentos em função de legislação com vigor no Brasil de 1927 a 1990 - o código dos menores (Arantes, 2004).

Atualmente, as tecnologias digitais conferem visibilidade e alcance em uma dinâmica em que cada acesso e permanência há potencial para a atuação na reprodução pornográfica e, em encenações na Internet, pessoas trocam dados sensuais para aumentar a autoestima e reduzir distâncias. A difusão e a propagação potencializaram o consumo privado e novos gêneros na sistematização de estilos pela produção independente (Neto & Ciccarelli, 2015).

A emergência de novas representações sociais são estruturas com estabilidade nas reconfigurações de uma representação anterior em um diálogo entre a modernidade e as referências tradicionais. Essas representações aplicam convenções sobre os objetos com uma forma definitiva dentro de sua localização em uma categoria distinta e partilhada por grupos e subgrupos (Moscovici, 2009).

Os cenários culturais em entrelaçamento de relações e eventos em um sistema global de trocas apresentam um conhecimento interconectado, integrado e sistêmico à reprodução de iconografias em reflexo ao estado social atreladas ao que é público e o que é privado. O consentimento comum em roteiros de trocas ou compartilhamentos assume características de contratos sociais informais e quem decide pelo destino dos dados são aqueles que o detém em um intercâmbio de informações pessoais.

Os critérios tradicionais comportamentais e religiosos dão suporte ao sentido analógico de impureza para a pornografia, o que ocorre em detrimento de critérios objetivos para a sua conceitualização, a qual pode incluir variações como pornografismo, pornógrafo, pornográfico, pornocracia e a chamada pornochanchada (Azevedo, 2010).

As novas formas de comunicação geram novas possibilidades para a circulação de ideias e imagens. As produções independentes implicam na problematização da naturalização da violência simbólica pelas pornografias não consensuais marcada pela indiferença, caracterizando uma sensação de desconforto e incômodos que remete às desigualdades estruturais em cenários culturais.

As disputas classificatórias no jogo em construção da problemática e uma forma de “regulação” da sexualidade em objetificação atuam em reconhecimentos de tais situações como uma forma específica de violência em estados de conflitos sociais.

As possibilidades de expressão na comunicação atuam de acordo com as motivações e a maturidade socioemocional ante a percepção de justiça e o estado de direito subjetivo, em movimentos em torno da representação social “manda nudes”, cuja reprodução ocorre pela aprendizagem e imitação de *scripts* básicos identificados em movimentos que ocorrem na perda de controle durante a falta de compreensão e a interpretação de habilidades sociais e os estados de vulnerabilidades biológicas, emocionais e sociais.

Os *scripts* em sua essência contém eventos roteirizados e sujeitos atuando em papéis diante de prescrições na assimilação de estilos de vida internalizados em signos e símbolos, imagens e ideias. Esses são contidos em exigências e práticas de papéis partilhados em abstração e, aplicados em quaisquer circunstâncias já anunciadas, não de forma completa quanto ao comportamento real, mas servindo à reorganização simbólica da realidade (Gagnon, 2006).

Em Moscovici (2009), a emergência dessas representações demonstra uma relação entre mundos externos e internos como se fossem cercados de espelhos que refletem tal condição, sendo que a compreensão e a interpretação consistem em processar as informações de acordo com as influências concretas e simbólicas.

A descoberta da vergonha ou da privacidade atuam sobre diversas esferas da experiência de vida. Sendo desvalorizado(a) e, portanto, mais prejudicado(a) que ajudado(a) socialmente. Enquanto a culpa é a representação de uma série de sintomas psicológicos e incide sobre a motivação para a ação, na vergonha o sentimento é direcionado ao que se é: a representação de si (La Taille, 2006).

E sob essa perspectiva, os conceitos de masculinidades e feminilidades em sua correspondência têm atuação na ação e orientação em cenários de parentalidades presentes diante da distração e abandono afetivo. A aprendizagem e a imitação de instruções comportamentais são propagadas enquanto unidades de transmissão atrelados ao estado de cultura e o seu compartilhamento dependerá de outros conceitos de suporte à sua existência como a personificação da violência de gênero em imagens e ideias sobre o homem heterossexual (Falcão, 2019).

A reconstrução cultural das masculinidades se distancia de uma configuração de significados fixos ou naturais e a compreensão dos significados do ser descortina dispositivos e discursos que o estado de cultura apresenta como signos. A naturalização do homem afasta-se da reflexão sobre como o homem se torna homem, um suposto lógico inquestionável (Hoenisch & Cirino, 2010).

Na delimitação conceitual, as pornografias de vingança têm bases na percepção sobre a rejeição, e, ocorre sem exigências prévias entre vínculos afetivos (Pereira, 2017; Silva, 2015). Essas representações sociais de controvérsias e polêmicas são geradas no decurso de tensões sociais, que acompanham a dinâmica social e os processos criativos, que interferem nas relações de trocas e no exercício da sexualidade.

A pornografia é caracterizada como o erotismo dos outros, expressa para qualificar terceiros. Para a definição da representação se evoca o erotismo, que entre algumas de suas características está o sentido de “busca excessiva da sensualidade”, com a percepção associada ao segredo, não apresentando, portanto, a sexualidade de forma explícita, o que seria um ato transgressor, ou seja, seriam pornografias (Moraes & Lapeiz, 1985).

As tensões em representações sociais pela produção não consensual emanam do desejo de destruição, anulação e desqualificação do objeto e, na pornografia de vingança, a quitação de uma dívida impagável, que em cenários culturais, apresentam movimentos entre o estado de justiça e os direitos subjetivos.

Os processos de vulnerabilidades sociais para a perturbação da ordem são representações sociais estabelecidas com base em necessidades ou desejos e a escassez em alteridade. As pornografias não consensuais pela vingança são produzidas e consumidas através de processos de interação e comunicação interpessoal em cenários interconectados, integrados e sistêmicos, em situações de mudanças psicológicas e sociais, em competências e habilidades para a manutenção da estabilidade emocional e do equilíbrio.

Com o rompimento de uma relação vem à tona um grande dispêndio de energia psíquica para a superação e a recuperação do equilíbrio existencial, cujo desafio está em sua previsão quanto a duração (Giusti, 1987). Nessa situação, as condições e ações instaladas se mesclam entre depressão e autodesvalorização. Em meio aos mecanismos de defesa contra as consequências nas subjetividades há a tendência em denegrir, difamar e rebaixar em uma tentativa de convencimento sobre a desqualificação do objeto responsável pelo rompimento (Maldonado, 1995).

As habilidades de comunicação intrapessoal são fundamentais frente ao desafio apresentado pelo meio. As representações sociais de tensões são pressões sociais inadequadas que imperam sobre as identidades e implicam em estigmas sentidos e sofridos em representações sociais de estados de cenários culturais assimétricos, que para Araújo (2006), é caracterizada pela exploração como reflexo de mudanças de humor, sensações de desconforto e vulnerabilidades sociais em “relações de dominação”, “relação de conflito”, “relações de poder”, “relações de escravidão”, “relações de agressão” e, o fetiche e prazer pelo sofrimento alheio.

A perda do controle do objeto de trocas na reprodução pornográfica e a vontade de saber são representações sociais do estado de vulnerabilidade emocional e social. A finalidade do material produzido se empregou em modo proporcional às qualidades dos vínculos afetivos estabelecidos em roteiros interpessoais durante as experiências vivenciadas na progressiva quebra do vínculo, onde o afeto na escala de estresse surge logo após a morte de um parente (Caruso, 1986).

A tensão caracteriza um estresse e o estado de vulnerabilidade social em reconfiguração políticas, programáticas, serviços e ações diante de ameaças e os desafios em acompanhar os necessários afastamentos do agente estressor enquanto fator de proteção nas juventudes.

As redes sociais, à medida que estimulam a necessidade de o indivíduo se mostrar o tempo todo em um mundo perfeito, irreal, repleto de felicidade, em que a lógica do público e do privado foi perdida, geram sentimentos ambivalentes, que ao mesmo tempo são de felicidade e desprazer, pois a consciência parcial do ilusório acaba gerando o mal-estar (Peluzi, 2015, p. 20).

A comunicação das representações sociais de trocas enquanto *script* básico compõem as narrativas para a reprodução de categoria pornográfica pela não consensualidade durante a perda de controle do objeto; sua utilidade se emprega em função da identificação e da interação.

O conceito de *script* empregado por William Simon e John Gagnon (1973) em sua essência é uma metáfora para compreensão e interpretação sobre a reprodução de comportamentos sociais. A influência recíproca e codependente entre os níveis culturais, interpessoais e intrapsíquicos representam determinantes importantes de crenças individuais e de *scripts* sexuais, portanto, a pornografia não consensual é construído desse esquema e assim pode ser representada.

O estado de cultura caracteriza as relações sociais também como relações de trocas, mesmo que ocorram assimetricamente nos níveis de interações humanas. A instituição das trocas humanas dá caminho à partilha de códigos ou signos, bens, prazer, angústias, gozos, de projetos em comum, relativos às instituições, às sociedades (Araújo, 2006).

A constituição das pornografias não consensuais tem base na percepção sobre o valor de uso e de troca dos objetos nos *scripts* aprendidos e imitados em níveis culturais. Dentre os desafios para a proteção das juventudes há o desenvolvimento de uma perspectiva sobre a privacidade, onde a qualidade dos laços sociais contribui para a construção de identidades em uma dinâmica em que a moeda de troca é o intercâmbio consensual de informações pessoais (Santana, Lemos & Simões, 2019).

As reproduções de pornografia e a propagação de pornografias não consensuais implicam em consideração do poder da revogação. Nos fenômenos das trocas emerge a experiência da renúncia, assim como tem ancoragem na descoberta da alteridade que é anulada pela desigualdade, que descaracteriza o lugar de semelhante, de *socius*, caracterizando um cenário de relações de exploração (Araújo, 2006).

A respeito do compartilhamento de iconografias de corpos nus e sexuais representada no senso comum como “manda nudes”, o *sexting* se configura como troca de mensagens. A comunicação se emprega pela troca de mensagens textuais, imagens ou vídeos eróticos utilizando algum dispositivo eletrônico em função do flerte, da sedução e das trocas em si (Pereira, 2017).

*Acredito que como uma forma de flerte, mas é algo que exige confiança* (feminino – heterossexual – grupo 2 - resposta 13 - enviou e não foi exposto).

A manutenção do compartilhamento foi guardada pela permuta e a confiança possibilitou barganhar com maior eficiência a obtenção da resposta em retroalimentação, sendo que ao enviar algum dado, o sujeito conecta o outro na dinâmica, tornando-o cúmplice da relação estabelecida:

*É uma espécie de troca, a pessoa envia os nudes dela e eu envio o meu* (resposta do participante 3, masculino e heterossexual integrante do grupo dos que enviaram e não foram expostos).

Em roteiros de compartilhamentos, uma espécie de troca, interesses em comum são negociados. As bases consensuais trazem a possibilidade para contratos sociais informais implícitos em relações de cumplicidade e privacidade em ambientes propícios à espontaneidade, à liberdade e ao prazer.

A retroalimentação pode ser destacada em forma de fotos e vídeos ou em posicionamentos referentes à meta estabelecida, seja o fim atrelado à conquista de uma nova interação, a manutenção de uma já estabelecida, a avaliações dos atributos físicos do outro ou o ato sexual em si:

*Por ter curiosidade de saber como é a outra pessoa, até mesmo sentir-se atraída por ela* (resposta do participante 71, masculino e homossexual integrante do grupo dos que enviaram e não foram expostos).

O reforço positivo funciona como um indicativo para prosseguir rumo à meta estabelecida pelo proponente como confirmação da instalação de roteiros interpessoais de câmbio e, enviar “*nudes*” indica que as relações são ou têm condições suficientes para seguir rumo à intimidade ou a preservação desta mediante a confiança na gratuidade da concessão das imagens.

Para Simon e Gagnon (1986) os roteiros interpessoais representam a resposta ao mundo externo com funções que passam pela capacidade de diminuir a incerteza e aumentar a legitimidade das ações e tomadas de decisões a respeito dos comportamentos sexuais, além de compreenderem o meio pelo qual as identidades apropriadas são feitas congruentes com as expectativas desejadas pelo social.

O desejo do outro confirma valores dispostos em sociedades. O *sexting* integra os jogos de sedução e está em função de “sentir-se desejado”, “estimular o outro”. Em posse de ferramentas que possibilitem a ação, seja qual for à tecnologia digital, o jogo de sedução envolvendo o compartilhamento faz parte do *script* sexual.

Para ser um *script* devemos observar uma regularidade social para a ação em constância relacionada ao comportamento e há padrões grupais para a ação incluídos dentro de uma rotina social. Se há um objetivo, os roteiros a serem seguidos servem de orientação para se atingir o fim:

*Para mim sempre foi por me sentir bem com meu corpo, e fazer bem para minha autoestima mostrar o meu corpo para outro alguém* (resposta do participante 58, feminino e heterossexual integrante do grupo dos que enviaram e não foram expostos).

O que temos nas trocas de dados íntimos é uma ação representada como parte do jogo de sedução e que dá manutenção as relações sexuais entre pares. Sujeitos são capazes de se transformarem na imagem mental projetada sobre si em uma espécie de adorno estético, mentira narrativa, que não é construída para substituir a prática sexual, mas pela transfiguração dos corpos, e, se emprega para torná-la possível ou até mais prazerosa (Gerbase, 2006).

Os jogos de sedução mantêm os sujeitos conectados, estimulados a se relacionarem, e, auxiliam na percepção de si ao fazer crer que é possível ser atuante há a confirmação sobre o seu valor estético e sexual. O que faz com que subentendemos que não participar do jogo na retroalimentação positiva significa desagrado e rejeição àquele que sugeriu o cenário: portanto, a permuta é percebida como fundamental na Resposta 58 - “com intenção de acontecer uma troca de “*nudes*””.

*Para mim sempre foi por me sentir bem com meu corpo, e fazer bem para minha autoestima mostrar o meu corpo para outro alguém. Também por um estímulo sexual, com intenção de acontecer uma troca de “nudes”. Ou talvez para agradar o parceiro* (resposta do participante 58, feminino e heterossexual integrante do grupo dos que enviaram e não foram expostos).

A configuração das relações de trocas tem base na reciprocidade na transferência de bens materiais, simbólicos afetivos e cognitivos (Araújo, 2006). A produção de dados na esfera íntima auxilia na manutenção de relacionamentos criando laços de

cumplicidade em um contexto que traz como pauta a privacidade e as novas práticas de fluxos de dados frente a garantias diante das exposições não consensuais por compartilhamentos (Santana et al., 2019).

O material produzido nos cenários românticos não se tornará material pornográfico até que seja percebida pelo olhar de um terceiro que está fora da cena, até que haja perda do controle. O olhar do outro é que empregará o seu caráter. Antes disso será apenas erotismo. A experiência do voyeur é da violação e aqui reside a reprodução da pornografia, a saber, surge da transgressão à norma, que diz sobre o secreto e sobre a clandestinidade de *scripts* sexuais que não sejam voltadas ao coito direcionado a manutenção da família.

A distinção estética entre a pornografia e as iconografias produzidas nas trocas em roteiros interpessoais no romance é uma problemática para as classificações audiovisuais do corpo objetificado. Além das definições estéticas, é possível considerar as mudanças sociais para a relação com o nu e com a ação sexual. A delimitação entre os termos parece limitar as redefinições da privacidade.

As vulnerabilidades nos *scripts* de trocas são ameaças quando estão frente a frente sujeitos de escassez e a imagem erótica é uma possibilidade para que se produza uma imagem ideal do ausente e, para Moscovici (2009), a presença real de algo ausente é o que caracteriza a não-familiaridade:

*No meu caso, foi por motivo de distância* (feminino – pansexual – grupo 2 - resposta 72 - enviou e não foi exposto).

As tensões em roteiros interpessoais estão associadas ao poder e controle, proximidade e cuidado, respeito e reconhecimento. O “motivo de distância” para a geração da solidão, solidariedade representa uma desconexão momentânea marcando a ausência em cenários culturais de romances. Os materiais produzidos em alguma medida servem para a retomada das sensações em situações de impedimentos. O que por suposição, pode ocorrer em rompimentos, ou seja, rompimentos permanentes nas imagens e ideias.

Os dados eróticos produzidos aproximam o virtual e o real pelas ideias e imagens. O que traz a possibilidade dos sujeitos se ligarem novamente por meio de processos criativos da ação sexual e das sensações já experimentadas ou a serem experimentadas em cenários projetivos.

As trocas destacaram a ligação afetiva entre o material e o sujeito que o recebe “é como sexo com amor”:

*Para mim uma pornografia qualquer é como um sexo qualquer; um nude vindo de alguém que eu gosto e que também gostaria de transar com, é como sexo com amor. Mas também há pessoas (inclusive já fui uma) que trocam nudes sem gostar umas das outras” acho que a experiência emocionante e de ser algo amador, real, vindo de alguém comum que quer o mesmo que você e que não está recebendo dinheiro pra te satisfazer com sua imagem acaba sendo mais excitante* (resposta do participante 80, masculino e homossexual integrante do grupo dos que enviaram e foram expostos).

A pornografia comercial foi associada a “um sexo qualquer” e a monetarização parece ser uma crença chave para a desqualificação. A relação sem objetivos claros de trocas baseada na afetividade tem representação em clímax:

*Que não está recebendo dinheiro para te satisfazer com sua imagem acaba sendo mais excitante* (resposta do participante 80, masculino e homossexual integrante do grupo dos que enviaram e foram expostos).

O processo de objetificação faz relação com a maneira como um conceito ou fenômeno é pensado de forma objetivada, o que lhe permite adquirir materialidade e expressão de uma realidade vista como natural (Ordaz & Vala, 1997).

*Porque é mais que pornografia, é uma troca de intimidade e confiança, é uma espécie de laço afetivo virtual* (resposta do participante 42, feminino e heterossexual integrante do grupo dos que enviaram e não foram expostos).

Em uma distinção psicológica do material antes e após a exposição, pensar a pornografia implica em considerar a representação mecânica sem a exploração de uma narrativa. Se considerarmos as relações psicológicas (emocionais) enquanto classificação erótica, também será preciso reflexão sobre a possibilidade de separar o desejo sexual dos demais sentimentos, como o amor, o carinho e a afeição. Resta considerar que a ereção não é representada como um componente racional/mecânico, mas traz componentes emocionais e psicológicos (Gerbase, 2015).

O material produzido pelas trocas é objetivado e ancorado pela pornografia comercial quando há perda do controle dos dados. Apesar de a pornografia ser um ato transgressor o debate supera a pornografia por ela mesma, pois ela também pode fazer parte de um ato subversivo, o que nos levaria para outros objetivos reflexivos. Aquém e além da eliminação da pornografia por consequência a eleição de valores universais, é preciso lidar com ela.

A problemática surge diante das exposições não consensuais, onde o objeto é integrado os valores de uso e trocas, e, não podemos supor motivações únicas, mas acreditamos que pistas que revelam uma desvalorização diminui a subjetividades, motivações para que as ações fiquem no oculto (Sugiyama, 2004).

A transgressão da moral e dos tabus existentes e amplamente aceitos se relacionam a determinação de estigmas sentidos e sofridos a serem associados aos *scripts* que fugiram à norma entendida como regras e as determinações morais relacionadas à sexualidade. Assim como determina quais os sentimentos a serem experimentados pelos expostos de forma que a marca do arrependimento necessariamente se manifeste:

*Ficam constrangidos porque são momentos íntimos registrados* (resposta do participante feminino– heterossexual – grupo 2 – resposta 42 – enviou e não foi exposto).

As trocas representam a garantia do laço social em alternativa às guerras e outras violências. Os interesses antagônicos podem implicar tanto na violência quanto no esforço comum da negociação e, portanto, carregam a hipótese para a instalação de conflitos implícitos ou explícitos (Araújo, 2006).

*Na minha opinião o sexo não deveria ser segredo, deveria ser um assunto comum, sem tabu. Mas nossa sociedade é extremamente religiosa e a instituição igreja acabou sujando a imagem do sexo* (resposta da participante feminina e heterossexual, integrante do grupo dos que enviaram e não foram expostos).

As exposições não consensuais são representações sociais de situações de regulação das relações interpessoais em cenários de transgressão ou fracasso frente às regras ou valores morais, cuja internalização de emoções reguladoras como a vergonha ou culpa sobre as projeções de um passado em que crenças e mitos são estados de vulnerabilidades nas imagens e ideias.

As representações sociais no poder das imagens e ideias apresentam visões fatalistas da realidade, um desafio do meio constituindo as bases para estados de tensões no exame e julgamentos sobre as ações e sua relação com a plena consciência social de que fazê-la é permitido:

*Segredo para não ser difamado* (resposta do participante 65, feminino e heterossexual integrante do grupo dos que enviaram e não foram expostos).

Enquanto os reforços positivos às imagens estão associados a valores desejáveis e invejáveis, a desvalorização da sexualidade acompanha as sociedades e o fracasso ou transgressão pela exposição não consensual associa o cenário de trocas à identificação do sujeito exposto, o que é valorado como inapropriado:

*Com a intenção de envergonhar, pode ser pôr a pessoa apenas ser ruim ou por ser ruim e estar com raiva, mágoa de você* (resposta do participante 80, masculino e homossexual integrante do grupo dos enviaram e foram expostos).

Na assimilação das normas, o elemento chave para a vergonha se encontra no olhar de um terceiro e, portanto, se apresenta a comparação do *script* com autorrepresentações. Uma incoerência entre imagem formada com os valores atrelados à imagem qualificada ocasiona desequilíbrios e uma autorregulação dos *scripts*, em adequação às normas e aos valores adultos.

A pornografia não consensual afronta direitos subjetivos pela apropriação de identidade de terceiros, a partir de dados na reprodução de mídias representadas como da esfera da intimidade e a exposição à revelia com a anulação à imagem em fundamentos como a privacidade consequente ao senso de justiça – ou seja, sem permissão, havendo um desequilíbrio entre obscenidade e decência.

As relações desprovidas de trocas são caracterizadas por aquelas em que as partes em conflitos buscam se eliminar física ou simbolicamente e, até mesmo há a ausência radical de reciprocidade, haja vista que uma das partes transfere um bem material ou imaterial de maneira unilateral ou gratuita (Araújo, 2006, p. 160).

Outra problemática surge na personificação da violência que desconsidera os jogos móveis de posse ou dominação de forma que seja interessante que o debate ocorra não a partir de personificações quando a naturalização da violência é associada especificamente ao homem, e, não as diretrizes de gênero presentes nas representações sociais de trocas e as reconfigurações de gênero.

*Então seria bom se nenhum homem pedisse nudes* (resposta do participante 42, feminino e heterossexual integrante do grupo dos que enviaram e não foram expostos).

A representação da naturalização da violência acontece quando o agressor é protagonista sem nome, endereço ou quaisquer outros símbolos em objetificação. As análises ficam restritas ao que se representa no senso comum pela assimetria de gênero no consumo das imagens em modo não consensual.

A Lei Maria da Penha, Lei nº 13.772 (2018), reconhece a violação da intimidade enquanto constituinte por relações domésticas e familiares, além de criminalizar o registro não autorizado. A eficácia quanto à relação com os sujeitos não se concentra no poder punitivo e diz respeito à promoção de apoios reais/concretos e um cenário que traz implicações por consequência as relações assimétricas.

Tal poder público é um marco que torna vigente a violência psicológica enquanto qualquer conduta que cause danos e diminuição da autoestima ou prejudique/perturbe o pleno desenvolvimento, que vise a degradação ou o controle de ações e emprega outras providências que permite entender a pornografia não consensual enquanto estado de vulnerabilidade social.

Na vinculação entre educação e saúde, a inclusão de psicólogos e assistentes sociais entre os profissionais da educação tem sustentação na aprovação da Lei 13.935 (2019), que altera a regulamentação do Fundeb ao considerar a fundamental importância do atendimento ao público por meio de equipes multidisciplinares enquanto reforço positivo no avanço da qualidade da convivência e a vontade de saber.

A naturalização da violência simbólica implica também na consideração do humor como expressão da inteligência no humor e do riso pela exposição e a descoberta do estranho. O humor presente na circulação informativa através dos memes traz a prerrogativa da legitimidade para o comportamento violento em cenários culturais de vínculos afetivos. A aprendizagem e a imitação legitimam o comportamento ao mesmo tempo em que a despersonalização do objeto de riso propõe o reforço de identidades grupais pela manutenção de estereótipos com âncora em discriminação e preconceito a minorias, tais como o escárnio a obesidade com aceitação social meio a naturalização da violência no riso (Mota; et al., 2020):

*(...) é aquele negócio, às vezes você não faz algo errado e não se importa com algo, mas se todos tão falando daquilo e rindo como se fosse algo errado você se sente mal. Um exemplo é ser chamado de gay quando você ainda não se acostumou com isso e mesmo e mesmo não sendo ruim ser gay você não aguenta ouvir isso vindos de todos e junto derisadas (masculino – homossexual - grupo 3 - resposta 80 - enviou e foi exposto).*

As tensões nas imagens em representações sociais para se adequar a norma vigente no social em roteiros interpessoais e experiências de vida pela superação da representação do estranho determinam coletividades na tendência do convívio social com norma familiaridade entendida como regra.

As representações sociais são anteriores aos sujeitos e o compartilhamento acontece em função da posição de pertença ao grupo e de sua relação com o objeto na constituição da realidade social, funcionando como uma estrutura mental em relação a aspectos do mundo (Moscovici, 2009).

Em Azevedo (2010), encontramos as mais diversas associações com o riso e o comum é a associação ao regozijo de alguém por uma situação. Quem ri, afoga a tristeza e demonstra a comemoração por algo que o diverte em clímax nas emoções. Quando atrelado a exposição não consensual está associado a ridicularização, ao escárnio, a zombaria, em que rir pode ser representado como desrespeito, insulto, desconsideração, preconceito, discriminação.

*Os desafios decorrentes da LGBTfobia fogem à prerrogativa de que todos somos iguais perante a lei. Perpetua-se a violência inconstitucional e o descaso diante das condições de vida da comunidade LGBTQIA + (Pordeus & Viana, 2021, p. 113).*

A libertação sexual está atrelada à superação dos movimentos de subjugação de um sujeito pelo outro e de um em função de outro em uma confusão entre direito e desejo. A libertação reside na superação das características apresentadas por Landgraf e Von Tresko (2016), que indicam que os roteiros sexuais de sedução abrangem papéis sociais de gênero (norma heterossexual), com rígidos estereótipos sexistas:

*É reflexo de uma cultura machista; misógina e porque o sexo é visto como um problema, existe muito medo de sua naturalização porque as pessoas não se respeitam os limites de cada um (masculino – heterossexual - grupo 2 – resposta 31 - enviou e não foi exposto).*

O segredo é representado como o lugar do corpo. É onde se alcança a liberdade pela diminuição do poder normalizador do olhar do outro. Este ainda é colocado como cenário da exceção à regra assim como, e talvez principalmente, como defesa da misoginia e violências sexuais dispostas em sociedades.

A funcionalidade da violência sexual e a privação de liberdade antecede o modo de produção com funcionalidades renovadas enquanto mecanismo de afirmação e busca pela satisfação libidinal, que acusa estratégias de dominação e controle (Mastro Paolo, 2022).

## **5. Considerações Finais**

As vulnerabilidades no desenvolvimento de habilidades sociais para a gestão de conflitos em relações assimétricas contribuem para a manutenção de *scripts* não adaptativos. As tensões e os conflitos são fontes de resistência e representam um elemento estruturante à nível social e psicológico, com exigências de esforços para acomodação e manutenção do equilíbrio ou estabilidade emocional sem os quais seria impossível pensar em mudanças sociais de papéis.

A exposição em termos de relacionamentos contempla a produção, com ou sem autorização, em contexto de esfera privada/íntima, e, a divulgação sem consentimento, o que implica em considerações sobre as relações de gênero na sociedade da informação, o fenômeno da criminologia e os fatores de proteção diante dos comportamentos com bases não consensuais

(Lisbino, 2022).

O fenômeno das trocas é representado por contratos informais fundamentados na produção de cultura e manutenção das relações e os estados de vulnerabilidades sociais em suas configurações são marcados pela desigualdade e pela irrupção de conflitos, que impossibilitam a reciprocidade e a gratuidade dada as desigualdades estruturais (Araújo, 2006).

A partir da perda do controle de dados produzidos durante o rompimento de *scripts* interpessoais em cenários de romance mediados pelas tecnologias digitais marcam a juventude inserida na categoria da “pornografia” por acordos unilaterais de bases não consensuais.

Os conflitos e as tensões sociais são partilhados e integrados à dinâmica social de exploração em conexões a distância. Isso implica na consideração de ideias (e imagens) de masculinidades, cuja base conceitual traz implicada a naturalização e irrestrita dominação masculinas, que aponta para códigos de conduta socialmente sancionados.

A representação social da pessoa implica em jogos relacionais, cujo conceito permanece entre ser sujeito e ser objeto. As bases não consensuais para a tomada de decisão são propensas as produções de pornografia em rompimento representam que o corpo pode ser consumido, mas não identificado e passa a ser objeto pelo consumo na apropriação das plataformas quando a privacidade se esgota diante do olhar do outro.

As formas de relacionamentos puros e confluentes emergem em contraponto às representações sociais do amor romântico, onde a confusão com o objeto implica na consideração da busca por segurança em algo externo ao sujeito. No amor confluyente o movimento é ativo e há a busca por igualdade e responsabilidades nas trocas; o que inclui a transformação da realização do prazer recíproco e negociado em um elemento chave na manutenção ou dissolução do relacionamento. Em confluência, cada qual em convívio em busca não de uma pessoa especial, mas de um relacionamento especial (Giddens, 1993).

A quebra do vínculo afetivo em cenários de romance implica em confusão na assimilação, na adaptação à ausência do outro e denuncia posse ou dominação. A naturalização da violência indica movimentos em que as regras são ausentes, a saber, no autocontrole e na autogestão diante da perda de controle. A ancoragem da agressividade e do riso em uma espécie de contrato social informal legitimam a violência personificada.

As identificações das situações de vulnerabilidade e o desenvolvimento de habilidades sociais são fatores de proteção e uma estratégia para a gestão de modelos de mediação de conflitos e tensões frente ao desafio de transformação da convivência em competências e habilidades sociais de conflitos defensivos.

As desintegrações dos laços afetivos e sexuais reconfiguram a vulnerabilidade social e as trocas não se apagam à medida que os vínculos vão se desintegrando, sendo que o destino fica a depender das qualidades dos cenários culturais de trocas.

O aprimoramento do conhecimento sobre as masculinidades e saúde, assim como o desenvolvimento de políticas, programas, serviços e ações de mediação de conflitos e os afetos, que geram bloqueios são caminhos possíveis para o atendimento em educação e saúde das masculinidades em sua multiplicidade frente às vulnerabilidades sociais em conflitos e tensões em manutenção das demandas sociais.

Os processos de maturidade biológica, emocional e social tem oportunidades no acesso e permanência a cenários culturais de corresponsabilidades quanto ao desenvolvimento em um retorno de público para público também na manutenção de fatores de proteção em ambientes de convivência em perspectivas multidisciplinares e sistêmicas entre saúde e educação.

A mediação dos conflitos parentais é um dos fatores de proteção ao pleno desenvolvimento da sexualidade, dos vínculos afetivos em cuidados, estímulos, limites sociais e o fortalecimento da autonomia da presença em processos de preparação para a vida adulta.

Sugestões para trabalhos futuros estão relacionados a caracterização de apego na infância e a sua projeção em reflexão nas escolhas amorosas na juventude e os tipos de apego em roteiros interpessoais funcionais e disfuncionais nas relações de gênero.

## Referências

- Araújo, J. N. G. DE. (2006). Relações sociais: as trocas e os mitos de um mundo sem trocas. *Psicologia USP.*, 17(1).
- Arantes, E. M. de M. (2004). De “criança infeliz” a “menor irregular” - vicissitudes na arte de governar a infância\*. *Mnemosine*, 1(0), 162-164.
- Azevedo, F. F. dos S. (2010). Dicionário analógico da língua portuguesa. (2a ed.). *Editora ideias afins / thesaurus*.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Edições 70.
- Brasil. Lei Maria da Penha (2006). A Lei N. °11.340, de 7 de Agosto de 2006.
- Brasil. (2013). Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
- Brasil. LEI Nº 13.935, DE 11 de dezembro de 2019. (2019). Disposição sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.
- Calligaris, C. (2000). *A Adolescência*. Publifolha.
- Caruso, I. A. (1986). *A separação dos amantes: uma fenomenologia da morte*. (4a ed.): Cortez.
- Falcão, L. P. (2019). O fenômeno da parentalidade distraída e abandono afetivo: quanto custa o cuidado na sociedade tecnológica. Goiânia, GO: *Rev. de Direito de Família e Sucessões*. 5(1), 56-72.
- Freitas, M. T. de A. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 21-39.
- Gagnon, J. H., & Simon, W. (1973). *Sexual conduct: The social sources of human sexuality*. Chicago, IL: Aldine.
- Gagnon, J. (2006). *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Garamond.
- Gerbase, C. (2006). Imagens do sexo: as fronteiras do erótico com o pornográfico. *Revista FAMECOS*, 31, 39-46
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade*. Ed. Unesp.
- Giusti, E. (1987). *A Arte de separar-se*. Nova Fronteira.
- Hoenisch, J. C. D., & Cirino, C. da S. (2010). Mídia e o espelho da masculinidade? *Estud. psicanal*, 33, 61-74.
- Hunt, L. (1999). *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade*. Hedra.
- La Taille, Y. (2006). *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Artmed.
- Lisbino, J. K. T. (2022). Exposição não consentida de conteúdos íntimos: questão de gênero. *R. Trib. Reg. Fed. 1ª Região*, Brasília, DF, 34(1).
- Lara, L. A. da S. (2019) Sexualidade na Adolescência. In: *Necessidades específicas para o atendimento de pacientes adolescentes*. São Paulo, SP: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasurg), 17-35.
- Maldonado, M. T. (1995). *Casamento: Término e Reconstrução*. Saraiva.
- Mastro Paolo, J. (2022). Punição e controle do feminino: funcionalidade da violência sexual no capitalismo In: *Violência sexual contra a mulher: abordagens, contexto e desafios* / Ludmila Fontenele Cavalcanti (org.). Ed. UFRJ, 113 - 129.
- Melo-Dias, C., & Silva, C. F. da. (2015). Sobre a vulnerabilidade psicológica. *SAÚDE & DOENÇAS*. 16(3), 411-420.
- Minayo, M. C. de S. (org.) (2010). *Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade*. (29a ed.) Vozes.
- Minayo, M. C. de S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 01-12.
- Moraes, E. R., & Lapeiz, S. M. (1995). *O que é pornografia*. Brasiliense.
- Moscovici, S. (2009). *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. Edição: Gerard Duveen. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. (6a ed.) RJ: Vozes.
- Mota, M. V., Monge, A. B., & Vitalle, M. S. de S. (2020). Memes, trollagens e o cyberbullying: um estudo de campo. *Revista Educação*, 15(1).
- Neto, A. R., & Ciccarelli, P. R. (2015). Internet e pornografia: notas psicanalíticas sobre devaneios eróticos na rede mundial de dados digitais. Belo Horizonte, MG: *Reverso*, 37(70),15-22.
- Neto, O. C. (1992). O trabalho de campo como descoberta e criação. In: Osório, L.C. *Adolescente hoje*. (2a ed.) Artes Médicas.
- Ordaz, O., & Vala, J. (1997). Objetivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. *Análise social*. XXXII. 143 – 144.
- Peluzi, É. A., et al. (2015). Ambivalência nas redes sociais: a noção do público e privado. Viçosa, MG: *Revista Científica Univiçosa*. 7(1), 20-26.
- Pereira, Í. A. C. Criminalização do revenge porn. *Revista eletrônica Âmbito Jurídico*. Rio Grande, RS. XX (159), 2017. <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=18796](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18796)>.

- Pordeus, M. P., & Viana, R de A. (2017) Feminismo, Desigualdade de Gênero e LGBTfobia: a interseccionalidade das minorias no Brasil. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, 11(26).
- Rayane, D. B., & Sousa, D. H. A. V. de. Privação afetiva e suas consequências na primeira infância: um estudo de caso. *InterScientia*, 6(2), 2018.
- Rodrigues, L. DA S. (2018). *Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo*. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Santana, A. C. F., Lemos, A. N. L. E., & Simões, J. T. N. (2019). Proteção da privacidade online na pornografia de vingança. *Quaestio Iuris*, 12(4) ,111-130.
- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (2015). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica*, 17(1).
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (1986). Sexual scripts: permanence and change. *Archives of Sexual Behavior*, 15(2).
- Sugiyama, L. S. (2004). Illness, injury, and disability among Shiwiar forager- horticulturalists: Implications of health-risk buffering for the evolution of human life history. *Am J Phys Anthropol*, 123(4), 371–389.